INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA UNIVERSIDADE ¹

Monyque Mary Bezerra de Holanda²

RESUMO: Em decorrência da Lei Nº 13.146 sancionada em 2015, as Instituições de Ensino tiveram o encargo de adaptar-se aos estudantes com deficiência. Este estudo tem como objetivo compreender de que maneira uma Universidade Pública atua no processo de inclusão de estudantes com deficiência (visual). Para isso, buscamos delimitar nossa investigação em realizar um estudo qualitativo, mais especificamente um estudo de caso desta IES. Para tal, usamos as técnicas de observação e entrevista com três sujeitos: um estudante cego, seu acompanhante e um funcionário do setor de acessibilidade da Universidade, que nos permitiu conhecer sobre os desafios deste processo de inclusão. Os resultados demonstraram que o setor de Acessibilidade da IES busca promover a inclusão dos estudantes com deficiência, adaptando seus currículos a partir do diálogo constante entre docentes, coordenação e discentes. No que se refere aos aspectos arquitetônicos, esta Universidade precisa reavaliar os seus espaços para promover ambientes mais inclusivos. Concluimos que, embora haja esforços por parte da Instituição em adaptar-se, ainda tornam-se necessários muitos investimentos para o planejamento, a execução, a manutenção e a revisão das práticas inclusivas de pessoas com deficiência.

Palavras chave: Inclusão. Universidade. Deficiência visual. Acessibilidade.

INCLUSION OF PERSONS WITH VISIBLE DISABILITIES AT UNIVERSITY

ABSTRACT: Because of Law No. 13,146 sanctioned in 2015, education institutions have the duty to adapt to students with disabilities. This study aims to understand how a public university acts in the process of inclusion of students with disabilities (visual). For this, we

¹ O nome da Universidade, onde foi realizada esta pesquisa, será omitido nesta publicação.

² Graduada em Recursos Humanos pelo Centro Universitário Estácio do Ceará e atualmente estudante do curso de Bacharelado em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB. E-mail: monyquemary@hotmail.com.

seek to define our research to conduct a qualitative study, specifically a case study of this IES. To do this, we use observation techniques and interviews with three subjects: a blind student, her companion and an official of the University accessibility industry, which allowed us to meet the challenges of this process of inclusion. The results showed that the Accessibility section of the IES seeks to promote the inclusion of students with disabilities, adapting their curricula from the constant dialogue between teachers, students and coordination. With regard to architectural aspects, this university needs to reassess their spaces to promote more inclusive environments. We conclude that, although there are efforts by the institution to adapt even become necessary many investments for planning, implementation, maintenance and review of inclusive practices of people with disabilities.

Key - words: Inclusion. University. Visual impairment. Accessibility.

INCLUSIÓN DE LAS PERSONAS CON DISCAPACIDAD VISUAL EN UNIVERSITY

RESUMEN: Como resultado de la Ley N° 13.146, promulgada en 2015, las instituciones educativas tienen la obligación de adaptarse a los estudiantes con discapacidades. Este estudio tiene como objetivo comprender cómo una universidad pública actúa en el proceso de inclusión de los estudiantes con discapacidad (visual). Para ello, se busca definir nuestra investigación para llevar a cabo un estudio cualitativo, específicamente un estudio de caso de esta IES. Para ello, utilizamos técnicas de observación y entrevistas con tres temas: un estudiante ciego, su compañera y un funcionario de la industria de la accesibilidad de la Universidad, lo que nos permitió cumplir con los retos de este proceso de inclusión. Los resultados mostraron que la sección Accesibilidad del IES busca promover la inclusión de los estudiantes con discapacidad, adaptar sus planes de estudio a partir del diálogo constante entre los maestros, los estudiantes y la coordinación. Con respecto a los aspectos arquitectónicos, esta universidad tiene que reevaluar sus espacios para promover ambientes más inclusivos. Llegamos a la conclusión de que, aunque hay esfuerzos de la institución para adaptarse incluso llegar a ser necesarias muchas inversiones para la planificación, implementación, mantenimiento y revisión de prácticas de inclusión de las personas con discapacidad.

Palabras - clave: Inclusión. Universidad. Discapacidad visual. Accesibilidad.

Introdução

Nos dias atuais, têm surgido muitas pesquisas relacionadas a questões importantes sobre a inclusão de pessoas com deficiência visual. Autores como Maciel (2000), Mattos e Neira (2000), Miranda (2001), entre outros, dedicaram as suas pesquisas sobre essa temática. Essas pesquisas abordam sobre como a deficiência visual é vista no contexto social e educacional, com o foco na inserção das pessoas com deficiência no sistema educativo regular. Conforme Estrela (2017), a discussão da educação inclusiva no contexto acadêmico é bastante recente, é um debate “novo”, considerando que somente na década de 90 que a pessoa com deficiência começou a ser inserida nesses espaços e a sua inserção começou a ser pensada e projetada nos espaços educacionais, mas ainda de forma tímida e, só nos últimos anos, passou a se apropriar de forma mais expressiva. Para Zanata e Treviso (2016), esses trabalhos surgem devido às mudanças que foram feitas, principalmente nas leis como pelas instituições. As leis visavam somente às redes privadas de ensino e posteriormente passou a integrar todo o sistema, tanto público como particular, incluindo assim em seus currículos à Educação Especial. Assim, surgiu à importância de estudar essas mudanças e acessibilidades.

Conforme Sasaki, apud Chicon e Soares (1997) a inclusão é o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiência (cegos, surdos, físicos, etc.), e simultaneamente estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade, sem nenhuma forma de discriminação social. Já a inclusão escolar é indispensável que as instituições do ensino minimizem as barreiras arquitetônicas e promovam a prática da acessibilidade atitudinal dentre os estudantes, docentes, técnicos, etc., que por sua vez devem também adotar práticas de ensino adequadas às peculiaridades dos alunos em geral, oferecendo alternativas que contemplem a diversidade, além de recursos de ensino e equipamentos especializados que atendam a todas as necessidades educacionais dos educandos, com ou sem deficiências, mas sem discriminações. (MANTOAN, 1999, 2001; FOREST, 1985, apud MANTOAN, 2003, p. 25).

Pensar na inclusão como um processo é um passo importante para entender que ela não ocorre de modo pontual, ao contrário. Apesar de a lei garantir que as pessoas com deficiência tenham oportunidades similares às pessoas que não tem algum tipo de deficiência, há uma série de aspectos que devem ser considerados como as barreiras atitudinais, por exemplo. As pesquisas de Ponte e Silva (2015) e Sá et al (2015) demonstram que a acessibilidade atitudinal ainda é um dos maiores desafios no processo de inclusão social. Devemos considerar também que é preciso pensar na questão da acessibilidade para cada tipo

de deficiência, ou seja, criar mecanismos que possam viabilizar e promover a integração dos cegos, surdos, físicos e intelectuais de modo a promover oportunidades justas de desenvolvimento.

No que tange a deficiência visual, podemos citar dentre esses mecanismos o recurso da audiodescrição (AD), uma modalidade de tradução audiovisual³ que consiste na tradução de imagens em palavras, que pode ser incorporada não apenas em uma Educação mais inclusiva como também em uma inclusão cultural de pessoas cegas. Nomeadamente, o processo de inclusão curricular deve contemplar as particularidades de cada disciplina, deste modo, disciplinas, como as matérias das áreas de exatas e educação física estão sujeitas a oferecer maiores dificuldades para este processo de inclusão, se comparadas a outras disciplinas das áreas das ciências humanas e linguagens. Desse modo, cabe muitas vezes a Instituição de Ensino criar ou recriar mecanismos de inclusão, de modo que possa de fato adaptar-se a cada uma das áreas.

Assim, incluir essas pessoas em sala de aula requer um exame complexo, pois além do conteúdo ministrado, é preciso pensar sobre a metodologia e o próprio espaço físico. Até onde se sabe, poucos trabalhos buscaram congregar a questão curricular e acessibilidade dos espaços físicos, objetivo desta pesquisa, e deste modo, compreender as ações que a Universidade promoveu para possibilitar a acessibilidade das pessoas com deficiência visual. Para realização desta pesquisa, optou-se por um estudo de caso, por meio de uma pesquisa qualitativa, em que foram entrevistadas três pessoas, sendo um estudante com deficiência visual, o acompanhante do mesmo, e um funcionário do Setor de Acessibilidade da Universidade pesquisada, a fim de fazer um contraponto e, e para nos inteirar da real situação vivida por eles durante o seu cotidiano acadêmico. Além da entrevista, realizamos uma observação dos espaços físico da Universidade, nos três *Campi*, verificamos se sua estrutura física esta adequada para atender as necessidades das pessoas com deficiência visual.

Para dar prosseguimento a este debate, este artigo se divide em cinco tópicos: no primeiro tópico, as reflexões giram em torno do conceito da inclusão e das adequações curriculares com relação às pessoas com deficiência. O Segundo tópico, denominado “as barreiras e o papel da sociedade no processo de inclusão” permite uma análise da relação entre os cegos e os “videntes”.⁴ Já no terceiro, procuramos apresentar a metodologia desta

³ Atualmente, a Universidade Estadual do Ceará conta com uma especialização nessa área auxiliando na formação de especialistas em audiodescrição para atuar como roteiristas, revisores, narradores e consultores.

⁴ De acordo com Estrela (2017), “videntes” é a nomenclatura utilizada por pessoas cegas para se referirem a pessoas que enxergam.

pesquisa. O quarto tópico é composto de um breve histórico da referida IES e de seu setor de acessibilidade; e da análise das entrevistas e observação, dividida em dois subitens: a acessibilidade curricular e a acessibilidade arquitetônica realizada pela Universidade para atender as pessoas com deficiência visual; depois da exposição de nossos resultados apresentamos nossas considerações finais.

1 A inclusão de pessoas com deficiência visual e as acessibilidades curriculares

As pessoas com deficiência visual caracterizam-se por uma incapacidade ou limitação no ato de “ver”, limitações que podem ser em maior o menor grau. “Entende-se por deficiência visual, uma impossibilidade total ou parcial da capacidade visual, consequência de alterações no globo ocular ou no sistema visual”. (MIRANDA, 2001, p. 4). Assim, podemos falar em níveis de cegueira, que vão da baixa visão ou a perda total dela.

O fato de não conseguir enxergar não deve ser encarado como um fator excludente, não segundo a nossa legislação (Lei 13.146 de 2015) que prevê na acessibilidade uma possibilidade de oportunizar esses sujeitos os mesmos direitos que as pessoas que enxergam têm. Isto significa dizer que essas pessoas devem ser vistas como as outras, o que as diferencia das outras, é o fato de não conseguirem enxergar, como também existem pessoas que têm outros problemas, o que não pode ser interpretada como uma impossibilidade ou até uma incapacidade por parte delas de estudar, ocupar ou desempenhar uma função como as outras pessoas.

Quando isso acontece, ao serem excluídas pelas suas limitações e dificuldades, ocorre o que Saviani (1999) chama de marginalidade, um fenômeno intrínseco à própria estrutura da sociedade, que busca estabelecer as limitações das pessoas e de certos aspectos dentro da sociedade. Assim, ela elege quais são os modelos ideais que devem ser seguidos e, os que não devem ser seguidos. Para Goffman (1975), essas pessoas encontram-se marcadas por peculiaridades físicas e psicológicas que apresentam, porque são vistas como diferentes ou inferiores em relação às outras que fazem parte da sociedade, o que ele chama de estigmas, termo que refere aos sinais corporais que evidenciam alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresenta. O que pode ocasionar também algumas dificuldades discriminatórias como relatam Ponte; Silva (2015), apud (ESTRELA, 2017, p. 8).

As dificuldades de acesso não se limitam apenas às barreiras físicas, [arquitetônico e nem atitudinais], pois existem outros tipos de obstáculos que impedem a inclusão da pessoa com deficiência [dentro de uma sociedade], como a negação, os estereótipos, os estigmas, o abuso dos direitos, os preconceitos no ambiente de trabalho e/ou escolar, pois são essas atitudes discriminatórias que interferem na inclusão do ser humano na sociedade atual.

Conforme Maciel (2000), discutir a inclusão de pessoas com deficiência não tem um tratamento igualitário e adequado como deveria ter, muitas vezes, por falta de conhecimento da sociedade em geral, faz-se crer que a deficiência seja considerada uma doença crônica e até uma pessoa que não tem tanta “utilidade” na sociedade, uma vez que ela é vista como “anormal”, o que traduz um peso ou um problema tanto para a sociedade como para pessoas com deficiência que não consegue ser aceito. “O estigma da deficiência é grave, transformando as pessoas cegas, surdas, [...] físicas em seres incapazes, indefesos, sem direitos, sempre deixados para o segundo lugar na ordem das coisas”. (MACIEL, 2000, p. 3). Sabemos que é um processo longo, mas devemos trabalhar, a fim de superar este estigma com relação a essas pessoas.

Em 2008, o Brasil ratificou o documento da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) e, o seu protocolo facultativo, que define os princípios, obrigações e igualdade que os países devem promover com relação a essas pessoas, a fim de guardar essas igualdades ao mais alto nível. Os Artigos 3º e 4º deste documento estão salvaguardados esses princípios, obrigações gerais e igualdade e não discriminação que, os Estados membros signatários dessa convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência devem trabalhar para colocar em prática, com o objetivo de garantir melhores condições a esse grupo de pessoas. Segundo esse documento, no seu **artigo 3º, alínea B, E e F** reserva o seguinte:

“a não discriminação”, “a igualdade de oportunidade” e “a acessibilidade”, respectivamente. E no mesmo documento da Convenção que o Brasil ratificou, no artigo 4º, ponto 1, o seguinte: “[...] a assegurar e promover o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, sem qualquer tipo de discriminação”. (BRASIL, 2011, p. 28).

Uma prática que deveria ser ampliada por todas as instituições dos países parte dessa Convenção, principalmente nos seus currículos escolares, mas o que se vê na prática por parte das escolas e das universidades é quase uma exclusão dessas pessoas nos seus currículos.

A educação sendo uma construção social obedece às relações de poder, dessa forma “a educação é entendida como inteiramente dependente da estrutura social geradora de marginalidade, cumprindo assim a função de reforçar a dominação e “legitimar a

marginalização”. (SAVIANI, 1999, p. 16). Assim, a própria sociedade através dos seus instrumentos “legais” cria obstáculos para inclusão dessas pessoas. O ato de ver e ouvir são importantes para o aluno acompanhar as aulas expositivas e assimilar com os conteúdos que são passados, assim como a interação e o permanente diálogo entre alunos/professor, como também entre os próprios alunos. Na impossibilidade de um desses elementos (ver ou ouvir, por exemplo), o aluno, dentro de uma educação não inclusiva, é limitado em seu processo de ensino e aprendizagem, impossibilitando-o, muitas vezes, de progredir em seus estudos.

“Em Matemática, por exemplo, ao mesmo tempo em que o aluno deve prestar atenção à explicação do professor, deve acompanhar a escrita: os símbolos matemáticos grafados na lousa”. (LOURENÇO; CARDOSO, 2013, p. 2). E como adaptar conteúdos desta natureza para alunos cegos? Para começar, é de grande importância que a coordenação, o docente e o próprio estudante conheçam e compartilhem dos mesmos recursos para a sua acessibilidade, do contrário não haverá inclusão. É preciso que haja um envolvimento mútuo e contínua colaboração para que o estudante cego não seja colocado em posição desfavorável em relação aos demais estudantes, e que como eles, tenha as mesmas oportunidades de adquirir conhecimento.

As limitações que essas pessoas têm perante as suas condições podem ser trabalhadas através dos recursos que atendem as suas limitações específicas, recursos esses que vêm surgindo no mercado, incluem *softwares* gratuitos que possibilitam o processo de acessibilidade e inclusão, como: teclados de leitura que podem ser conectados aos computadores, os chamados *MecDaisy* que são digitais e outros recursos didático-pedagógicos, que podem ser usados dentro e fora de sala. Deste modo cabe a Instituição de Ensino, seus educadores e colaboradores, assim como os estudantes com deficiência fazerem uso dos recursos necessários e quando possível criarem um espaço de diálogo para reunir propostas de mudança mais coerentes com as particularidades de cada tipo de deficiência de modo aperfeiçoar o processo de inclusão.

Existem inúmeras barreiras que as pessoas com deficiência visual enfrentam no dia a dia, tanto no seio familiar na Universidade. No que se referem às políticas públicas, elas instituem que as escolas e Universidades se adaptem, mas não lhes fornecem orientação suficiente para efetivar uma inclusão mais efetiva, pois não há incentivo para o desenvolvimento de programas que facilitam essa inserção; apesar dessa inclusão ser possível, existem muitas barreiras que podem prejudicar a inclusão das pessoas com deficiência.

2 As barreiras e o papel da sociedade no processo de inclusão

Conforme Zago (2012), pessoas com deficiência convivem com muitas barreiras. A autora as denomina de **barreira física ou arquitetônica**, os modos pelos quais podem reduzir o acesso das pessoas com deficiência a ambientes, como a inadequação de rampas, calçadas, banheiros, o que acaba criando obstáculos ao invés de lhes permitirem o acesso. Além deste tipo de barreira, há a falta de bom senso em relação às pessoas com deficiência, essa falta de consciência de que essas pessoas têm necessidades diferentes, Zago chama de **barreira atitudinal**, e como exemplo a pesquisadora cita a atitude de pessoas em não respeitarem os espaços destinados a elas, como as vagas em estacionamentos, assentos preferenciais.

Para Sá et al (2007) as barreiras atitudinais são, de certa forma, mais complexas, diferentemente das outras barreiras que as pessoas com deficiências enfrentam, pois, estas não são visíveis como as barreiras físicas ou arquitetônicas, ou seja, na maioria das vezes, são inconscientes e de difícil reconhecimento por parte de quem às pratica, o que dificulta o processo de inclusão deste segmento. Principalmente por ser uma prática decorrente da sociedade, o que acaba atravessando universo educacional.

Zago (2012) menciona mais um tipo de barreira, a comunicacional, que ocorre quando há falta de informações que são importantes para orientações e acesso em diferentes lugares para pessoas com deficiência. Para a autora, a falta de ações que conscientizem (todos os atores da Universidade, professores, alunos e técnicos administrativos), com a divulgação de informações que ajudaria na inclusão e integração dessas pessoas são exemplos deste tipo de barreira. São verificadas também essas barreiras nas escolas, com a falta dos materiais específicos em Braille para o auxílio dos estudantes cegos a encontrar espaços ou ter acesso a informações importantes, por exemplo.

A efetivação das políticas de inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e no ensino são desafios importantes para minimizar as **barreiras sociais**, hoje em concursos públicos, por exemplo, prevê-se pela Lei 13.146 de 2015, que é passível de penas ações que coíbam à participação de pessoas em razão de suas deficiências. A sociedade como todo, tem um papel fundamental no processo de inclusão das pessoas com deficiência e dos demais, ela estabelece diferentes mecanismos para a inclusão e integração de diferentes pessoas. Sendo um processo de acessibilidade das pessoas com algum tipo de deficiência, tanto visual, física. Devemos entender que as mudanças também

podem causar medo e estranheza inicialmente, pois são pessoas que viviam a margem da sociedade e que agora estão buscando os seus direitos, estão lutando para

escrever novas páginas na história desse movimento. Todas as estruturas sociais terão de se transformar, a sociedade atual deve se despir de seus conceitos preconcebidos e redimensionar sua visão buscando vencer os medos que provocam as barreiras seja elas físicas ou atitudinais, para que os indivíduos com deficiência sejam capazes de conviver dignamente em sociedade. (PONTE; SILVA, 2015, p. 265).

É importante, quando a sociedade trabalha para a inclusão das pessoas, sem nenhum tipo de marginalização delas, o papel da sociedade é antes de tudo minimizar as ações que levam a exclusão de seus membros, por “não preencherem os requisitos necessários” para seguir os modelos estabelecidos por ela. Segundo Miranda (2001), a inclusão dos estudantes com deficiência no ensino regular (contexto educacional), seja ela, nas escolas como nas Universidades não teria razão de existir ou ser exigida por certas camadas sociais, tendo em vista que vivemos em uma sociedade, cujas classes sociais não apresentam as mesmas condições de acesso às instituições de conhecimento.

Apesar disso, encaramos de modo otimista essa situação, pois, depois de 2002, falando especificamente da sociedade brasileira, houve bastante incentivo para a ampliação e regionalização do Ensino Superior no país, seja na modalidade à distância, ou presencial, e é nesse contexto que a Universidade Aberta do Brasil como, por exemplo, as Universidades Públicas no Ceará atuam com o papel fundamental de promover o acesso ao conhecimento.

Concomitante a isso, houve também a popularização e ampliação da difusão da internet, que pode ser entendida como um grande meio para inclusão e integração dessas pessoas, em contrapartida, a internet e seu conteúdo simbólico encanta por seus recursos audiovisuais, o que minimiza o acesso de cegos e surdos.

Como nos afirma Sá et.al. (2007, p.22) “vivemos em uma sociedade caracterizada pela preponderância da comunicação visual cada vez mais difundida e incrementada”, mesmo assim, acreditamos que ela traz muitos benefícios que podem ser usados a favor das pessoas com deficiência visual, no que diz respeito às suas acessibilidades na sociedade, através de múltiplos programas, plataformas e aplicativos que são desenvolvidos para promover a inclusão como aqueles que permitem a acessibilidade de cegos “por meio dos comandos de voz e do teclado que dispensam o uso do mouse e mesmo do monitor”.⁵

⁵*Ibidem.*

3 Metodologia da pesquisa

A pesquisa qualitativa oferece inúmeras possibilidades para entender os fenômenos relacionados aos seres humanos e as suas relações sociais, através de uma geração de dados não numéricas, baseando na interpretação das realidades sociais. Assim também o estudo de caso consiste no estudo aprofundado de um determinado assunto, de forma a permitir o seu detalhamento. Gil (2008) o que vai nos permitir fazer uma abordagem mais analítica no desenvolvimento desse trabalho, por meios desse procedimento técnico.

A nossa pesquisa procura analisar as acessibilidades que essa Universidade Pública fez ou vem fazendo no sentido de incluir todas as deficiências, principalmente os visuais, que são o objeto desse estudo. Dessa forma, procuramos compreender essas questões por intermédio das pessoas que estão sendo beneficiadas/afetadas diretamente (pessoas com deficiência visual), com também analisar as recomendações previstas na Lei 13.146 de 2015⁶.

A pesquisa qualitativa foi realizada por meio de um estudo de caso sobre a referida Instituição, através da observação do espaço físico da instituição. Além disso, foram realizadas três entrevistas (um estudante cego e seu amigo que convive diretamente com ele e que presencia o seu processo de acessibilidade e inclusão na Universidade) e um funcionário da instituição, que atua no setor de acessibilidade.

Para tal, buscou-se analisar essas acessibilidades para entender como ocorrem as adequações para os estudantes com deficiência visual nesta Universidade. Procuramos conhecer o olhar dos discentes e do setor responsável por promover a acessibilidade na Instituição. Dessa forma, fizemos uso das técnicas de entrevista, observação dos espaços e análise dos documentos (Lei e Estatuto).

As entrevistas e observação foram desenvolvidas ao longo de dois semestres, 2017.2 e 2018.1, respectivamente. Ao todo, foram realizadas três entrevistas, uma entrevista com um estudante com deficiência visual (entrevistado A), que cursa o terceiro semestre de Administração Pública; uma entrevista com seu amigo (entrevistado B), que cursa o quarto 4º semestre⁷ do Curso de Administração Pública; e finalmente foi realizada uma entrevista com um funcionário da referida Universidade, integrante do Setor de Acessibilidade, a respeito do papel do setor na Instituição.

⁶ Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, criada para assegurar e promover as condições de igualdade dos direitos e liberdade fundamentais das pessoas com deficiência e a sua inclusão.

⁷ Conforme acordado por termo de “Livre e Esclarecido”, optamos por manter o sigilo dos nomes dos estudantes entrevistados.

Por meio dessa investigação, buscou-se avaliar como se dá a acessibilidade dos espaços físicos e curriculares para atender as dificuldades/necessidades dos cegos. Serviram de referencial para nossas análises, a Lei LBI 13.146 de 2015 e o Estatuto da Universidade. Com base neles, a nossa pesquisa buscou acompanhar e descrever o processo de acessibilidade de pessoas com deficiência visual e procurar analisar se a instituição oferece condições para a inclusão dessa população nas suas políticas.

4 Como a Universidade está promovendo a inclusão de alunos cegos?

A Universidade ora estudada foi criada há poucos anos e está sediada no Estado do Ceará. Conhecida por atender um público diversificado, entre os seus princípios destaca-se a inclusão e projetos que visem a integração da comunidade acadêmica e a comunidade externa.

A acessibilidade, portanto, é uma condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, serviços e instalações abertos ao público, como também nos meios educacionais para a pessoa com deficiência. (BRASIL, 2011, p. 36).

Depois de quatro anos de funcionamento da Universidade no Ceará, o setor de acessibilidade foi criado. Este setor está hoje vinculado à COASE⁸ vinculada a PROPAE⁹ dentro da Coordenação de Assistência Saúde ao Estudante existe SEACE, são quatro setores (Nutrição, Psicologia, Acessibilidade e Saúde do estudante). Atualmente, o Setor de Acessibilidade é composto por quatro colaboradores, entre eles três intérpretes de LIBRAS¹⁰.

Segundo um dos colaboradores, a criação do setor se deu em outubro de 2015, porém não havia local para que esse setor ficasse alocado (espaço físico), e foi somente no ano seguinte, após a reforma da antiga biblioteca que o setor pôde ocupar um espaço físico na Universidade. Segundo o entrevistado, a criação do Setor foi orientada pelo Programa de Acessibilidade na Educação Superior.

De acordo com ele, atualmente, existem projetos para promover a acessibilidade dentro dos municípios onde a Universidade se encontra instalada sobre a inclusão e acessibilidade nas escolas e dentro da Instituição, o objetivo do projeto é discutir a questão das pessoas com deficiência. Até o momento, o SEACE presta acompanhamento às pessoas com deficiência (auditiva, visual, etc.).

⁸Coordenação de Assistência à Saúde Estudantil.

⁹Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas Estudantis.

¹⁰Língua Brasileira de Sinais.

4.1 Acessibilidade arquitetônica: a Universidade e os seus espaços físicos

A Universidade, sendo uma instituição de ensino superior, uma das suas funções como uma Universidade é de edificação de uma sociedade mais justa e igualitária, com a participação de todos. Dessa forma, a IES tem esse compromisso com todos aqueles que fazem uso de seus espaços, especialmente os estudantes com, a fim de promover essa tão desejada inclusão das pessoas, que ainda não se encontram incluídas, delas serem aceitas e respeitadas naquilo que as diferencia das outras. Pensar nos espaços para pessoas com deficiência é promover a autonomia.

Sá et al (2007) sugerem que a configuração do espaço físico não é percebida de forma imediata por estudantes cegos, tal como ocorre com os estudantes que não têm problemas de visão (videntes), ou seja, os que enxergam, sendo ela percebida somente quando ocorrem problemas ou dificuldades de acesso. Por isso, é necessário ainda no projeto arquitetônico prever como as pessoas farão uso desses espaços e como esses espaços podem ser utilizados por pessoas com deficiência, de modo a possibilitar a acessibilidade dos usuários. Sendo assim, deve-se pensar sobre como as salas de aulas, o trajeto para a sala para outros lugares (banheiros, biblioteca, pátio, cantina, etc.) pode ser traçado para pessoas que usam cadeiras de rodas, muletas, que são cegas ou surdas.

Quando os espaços apresentam empecilhos para a autonomia de pessoas com deficiência temos aí uma barreira física ou arquitetônica, o que para Ponte e Silva (2015), se apresenta como grande problemática enfrentada pelas pessoas com deficiência. É preciso, portanto, se adaptar esses espaços ao universo dessas pessoas, além de avisar qualquer mudança que altera a trajetória dessas pessoas. Convém reservar um espaço na sala de aula com mobiliário adequado para a disposição dos instrumentos para esses estudantes. (SÁ, et al, 2007, p. 22).

A Universidade, onde realizamos esta investigação conta com três *campi*, todos sediados no Ceará, chamaremos eles de campus A, campus B e campus C. A acessibilidade ainda é um problema em todos os *campi*. O campus A é composto de: a) um andar térreo, local onde estão instalados alguns setores da Universidade, entre eles o auditório Administrativo; b) um andar intermediário, que abriga o Restaurante Universitário e a Copiadora; e c) o auditório didático e as salas de aulas localizadas no subsolo. Vale ressaltar que o referido campus não foi criado para ser uma Universidade, ela foi adaptado para atuar como o campus administrativo, mas até hoje, abriga atividades acadêmicas.

O campus A foi citado pelo funcionário da SEACE como o mais acessível, pois conta com rampas e corrimão contínuo, o que promove mais autonomia para o acesso às salas de aulas. Apesar de ser um campus mais acessível, é possível verificar problemas com a manutenção do piso tátil, e o acesso a outros serviços como copiadora, pois não há piso algum que possa guiar essas pessoas ou mesmo um cadeirante até o destino, que certamente não conseguiria chegar à sala sem ajuda de alguém.

O campus B conta com três prédios, o primeiro prédio (**bloco I**) que é térreo, nele encontra-se alguns setores (SEACE¹¹, SAPSI¹², etc.), assim como salas de aulas, coordenações de Cursos e o Restaurante Universitário. Com relação aos aspectos arquitetônicos do campus B, percebemos que tanto as pessoas com deficiência como aquelas que não possuem encontrarão dificuldades em usar o bloco I. O problema se intensifica para os sujeitos com deficiência visual, pois não há nivelamento das calçadas, há ausência de piso tátil, placas de sinalizações em Braille, entre outros.

O segundo e terceiro prédios (**bloco II e III**) do campus B têm dois andares além do térreo. Nesses prédios as dificuldades são mais acentuadas no que diz respeito ao seu acesso, pois, não têm elevadores ou rampas. Observamos em todos os andares a presença do espaço para a instalação de elevadores, mas ao invés dos equipamentos funcionando, encontramos portas de cimento no local, impedindo essas pessoas acessarem os andares superiores, como recomenda a Lei LBI N° 13.146/2015. A utilização das faixas no piso com cores diferenciadas e corrimãos, para facilitar a identificação do percurso e possíveis obstáculos existentes nessas áreas de circulação também são uma lacuna no projeto arquitetônico. Neste campus, o que se vê é um ambiente com diversos empecilhos para o uso das pessoas com deficiência, especialmente as pessoas com deficiência física e visual, pois, estas pessoas frequentemente encontram enormes dificuldades para ter acesso a esses prédios novos, porque para transitar entre os andares, elas precisam de um acompanhante a todos os momentos para acessar os prédios e as respectivas salas de aula, dado que não há elevadores. Sendo assim, elas não conseguem ser autônomas, precisam sempre da ajuda dos terceiros tornando o acesso delas limitado, pois não promove condições de acessar as salas de aulas, principalmente para os usuários cadeirantes.

O campus C é um prédio de três andares, que possui rampa e escadas, que permitem o acesso às salas de aula, laboratórios e setores administrativos instalados neste prédio. Sobre

¹¹ Setor de Acessibilidade.

¹² Setor de Atenção Psicossocial.

este prédio, o funcionário da SEACE admite que apesar das rampas, o prédio não permite autonomia por parte dos cegos, pois, tanto as rampas como os corrimões não têm continuidades, ele não tem sinalizações, tem piso tátil, porém, em alguns lugares específicos.

Essas adequações devem ser permanentes, tendo em vista a importância dessas sinalizações na circulação e conseqüentemente inclusão das pessoas com deficiência visual como os demais. Entender que “pessoas cegas que não possuem memória visual, podem não ter boa orientação e mobilidade. Então, é importante explicar a direção, indicar os obstáculos que existem no caminho que o sujeito vai seguir e indicar as distâncias”. (OLIVEIRA, 2013, p. 964). Os mesmos problemas aqui apontados, também são citados pelo estudante cego da Universidade:

A Universidade não tem *campi* preparados para atender as condições das pessoas com deficiência. No campus C não tem continuidade da rampa, escadas não tem corrimão com continuidade do prédio ou último andar, nos **campus B** situação é mais grave, porque ali, as dificuldades de achar a sala e os setores específicos aumentam. **Entrevistado A.**

Para o funcionário do Setor de Acessibilidade,

A Universidade não se preparou para atender esse público com deficiência. No quesito arquitetônico não tem nenhuma estrutura para receber estudantes com deficiência visual.

Sem esse processo de acessibilidade das instituições educacionais, essas pessoas acabam sendo “excluídos” por meio de uma ação consciente ou não das instituições ou das pessoas afetadas, ou seja, podem ser consideradas de “diferentes”, assim, entra o processo de segregação dessas pessoas com deficiência. (MATTOS, 2000).

No caso desta IES as dificuldades aumentam, tendo em conta a falta da autonomia que o setor de acessibilidade enfrenta. De acordo com o funcionário do Setor de Acessibilidade da Universidade (SEACE) entrevistado, este setor é apenas consultivo, ou seja, ele identifica uma barreira ou recebe uma demanda e submete aos órgãos superiores, que são competentes a comprar e realizar as mudanças indicadas, (PROPLAN¹³ e PROAD¹⁴). Deste modo, as suas dificuldades para mudanças estão relacionadas, muitas vezes, a burocracia do sistema de decisões e na falta de verbas. Principalmente quando se trata de demandas pontuais.

Por esses motivos, é preciso haver sempre capacitações que possam promover a integração e/ou a inclusão das pessoas com deficiência. O SEACE também conta com parcerias de outras Instituições de Ensino Superior. Quando o setor não atua diretamente na

¹³ Pró – Reitoria de Planejamento.

¹⁴ Pró - Reitoria de Administração.

capacitação de treinamentos ele atua como mediador dessa capacitação, levando funcionários de um setor específico como biblioteca para realizarem o treinamento de digitalização em parceria com UFC para terem treinamentos com profissionais especializados.

Segundo o funcionário do setor de acessibilidade da Universidade,

Existe uma professora com formação em pedagogia, especialização em educação especial, cursos de Braille, libras. Mas na **Universidade**, ela atua em outra área por uma série de fatores e não no setor de acessibilidade aonde poderia ser mais aproveitada. Essa é até uma luta do setor, ampliar o número de funcionários especializados (pedagogo, psicopedagogo, psicólogo) para montar uma equipe (SEACE) com projetos voltados para área da acessibilidade.

Além de atender ao público acadêmico, a Instituição também age junto à comunidade externa, realizando ações como a corrida de rua da pessoa com deficiência e o setor de acessibilidade, atuando como agente facilitador dessa corrida (fazendo divulgações, interpretações). Além disso, o SEACE busca estimular o acesso das pessoas com deficiência ao ensino superior a partir de visitas às escolas nos Municípios onde a Universidade esta instalada, divulgando o setor de acessibilidade, essas visitas permitem que pessoas com deficiência possam conhecer a Universidade e fazer uso de seus serviços educacionais e de extensão. Além disso, a Universidade criou um evento chamado semana da inclusão, que pretende congrega profissionais da área da acessibilidade com oficinas e palestras sobre o tema. O evento é aberto para a comunidade acadêmica e comunidade externa.

4.2 A acessibilidade curricular da Universidade para os estudantes cegos

Acreditamos que as Universidades têm um papel fundamental no processo de inclusão de todas as pessoas que são “excluídas” pela sociedade; promover essa inserção em suas ações e principalmente nos currículos, que podem figurar como instrumentos de inclusão ou de exclusão dessas pessoas. Estrela (2017, p. 16) cita os principais pontos que podem contribuir para exclusão dessas pessoas:

a) a exclusão de colegas na formação de grupos de trabalho, que, segundo os mesmos, se dá pela percepção de que em decorrência de suas deficiências, não poderão auxiliar ativamente na construção dos trabalhos; b) a falta de materiais acessíveis que possibilitem a autonomia destes sujeitos; c) o bloqueio que uma parte dos docentes demonstram ao se depararem com o desafio de incluir um aluno em sala de aula, na maioria das vezes, sem muitos recursos e instrução adequada para isto; d) poucas ações interventivas que possibilitem discutir, junto à comunidade acadêmica, sobre essa nova realidade que busca não mais somente a inserção de pessoas com deficiência no ensino, mas de uma prática que fortaleça a inclusão qualitativa destes sujeitos.

Quando essas situações ocorrem, ou para evitar que ocorra, o papel das instituições é fundamental nesse processo, sendo um espaço de produção de conhecimento e formação de pessoas, cabe a IES elaborar ações que contribuam na inclusão e integração das pessoas com deficiência. De acordo com Sasaki (apud CHICON; SOARES 1997, p. 41) a inclusão social pode ser conceituada como:

um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todas as partes envolvidas nesse processo. O que torna esse processo, uma busca incessante para alcançar esse objetivo que é a inclusão.

Assim, a colaboração de todas as partes torna-se essencial para abrandar as dificuldades vividas atualmente por todas as pessoas com deficiência. Quando indagamos o SEACE a respeito de como ocorre à acessibilidade curricular, o funcionário do setor nos relatou que,

o que atualmente acontece é uma interação professor/estudante, para que haja essa adequação da metodologia da melhor forma possível. Porque a maior demanda desse público é o material adaptado as suas necessidades. [E] o serviço em parceria com os funcionários da Biblioteca que scaneia o material e converter em DOC para ser lido virtualmente não consegue cobrir todos os materiais didáticos. **Funcionário da SEACE.**

Podemos entender o conceito da inclusão como um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade, nas instituições (aqui entra o papel da Universidade). E outros que agregam e fortificam o processo de inclusão em diferentes aspectos “em outras palavras, pode-se observar que a acessibilidade vai além do aspecto físico e arquitetônico, ela remete também possibilidades de acesso comunicacionais, tecnológicos, instrumentais, metodológicos, programáticos e atitudinal”. (PONTE; SILVA, 2015, p. 8). Com os profissionais da instituição a abordagem é feita de maneira pontual, apenas aos setores mais ligados a esse público (docência, biblioteca, coordenação). A esse respeito, o acompanhante de uma pessoa com deficiência visual relata o seguinte:

Ele (estudante cego) não tem dificuldade quanto o entendimento e interpretação dos textos através dos programas, embora os currículos não sejam elaborados pensando nas suas particularidades. Graças a esses programas de voz, ele consegue entender os textos, interagir e discutir as matérias como os alunos videntes. **Entrevistado B.**

Nota-se neste depoimento a importância da tecnologia para auxiliar das pessoas com deficiência, principalmente quando as acessibilidades curriculares não são capazes de incluir essas pessoas. Programas de voz, como o que foi mencionado por entrevistado B. Portanto, devemos aproveitar esses equipamentos eletrônicos que a tecnologia nos fornece para fortificar a inclusão e integração dessas pessoas, além disso, é claro, serem acompanhados

com várias ações “básicas”, como os espaços e currículos. Ainda sobre os programas de voz, o entrevistado A, aluno cego, comenta:

A universidade disponibiliza aparelho, com programa de voz aonde eu consigo ter acesso a todos os conteúdos e fazer as avaliações em sala de aula junto com os demais estudantes. Não existe nenhuma forma de diferenciação entre nós nesse sentido. As minhas dificuldades estão nas disciplinas de cálculos, que requer outros aparelhos e programas informáticos para facilitar a minha compreensão nesse aspecto. Tenho conhecimento da existência de alguns livros na biblioteca em braille. [existem, porém com pouca abrangência das áreas]. **Entrevistado A.**

O entrevistado relata também ter consciência que em acordo com o professor poderá escolher o melhor método de avaliação que adequasse a ele. Apesar disso, o setor de acessibilidade da Universidade está ciente de que o que promove ainda não é suficiente para a promoção mais efetiva da inclusão, pois conforme o funcionário do setor de acessibilidade.

Não existem ainda acessibilidade dos currículos nesse sentido, o setor disponibiliza o aparelho de voz para suprimir algumas dificuldades dos estudantes. A biblioteca conta com alguns livros em Braille, porém não são muitos e não tem para todos os cursos e para mediar essa situação tentam deixar esse acordo professor-estudante. O setor deixa livre essa relação para os dois. **Entrevistado C.**

Pode-se observar que o entrevistado A, não está tendo um tratamento desigual com os demais alunos, o que é muito importante, não só para ele como para todos. É uma luta também das pessoas com algum tipo de deficiência, de serem tratadas não como incapazes, mas sim como “diferentes” que precisam de condições adequadas para ter um tratamento mais igualitário. O entrevistado A indica que suas dificuldades mais intensas decorrem das disciplinas de cálculo, pois, não têm programas informáticos disponíveis para ele, o que não lhe permite acompanhar as aulas das disciplinas exatas (cálculos), por se tratar de questões práticas e que requer certo acompanhamento didático-pedagógico, tanto por parte dos professores como de programas específicos nessa área para minimizar as suas dificuldades.

A esse respeito, o setor de acessibilidade se posiciona:

Existe uma ferramenta de cálculo que pode auxiliar essa demanda chamada **Soroban**, porém a **Universidade** não conta com esse equipamento. Estamos ainda com falta de alguns equipamentos, que são fundamentais. **Entrevistado C.**

Quando indagado sobre a compra do equipamento, o profissional lamenta que os impedimentos burocráticos e de verbas destinadas para o setor são os principais fatores que levam a essa situação. Assim, a inserção e integração das pessoas cegas precisam de ações concretas, que vão além da boa vontade das pessoas envolvidas, que esbarram em outras barreiras, políticas, que se bem empregadas, minimizariam problemas básicos, como a acessibilidade dos espaços e dos currículos.

Considerações finais

Buscamos nesse trabalho compreender se a referida Universidade consegue atender de forma satisfatória as pessoas com deficiência, principalmente das pessoas com deficiência visual, verificando se os aspectos curriculares e arquitetônicos estão sendo empregados de acordo com a legislação. A partir de uma metodologia qualitativa com uso de observação e entrevista com um aluno com deficiência visual, seu amigo (acompanhante) e, com um funcionário do setor de acessibilidade da Universidade, conseguimos tecer algumas conclusões. Com base na literatura vigente e nas nossas observações, concluímos que a questão da inclusão das pessoas com deficiência visual nas Universidades, de um modo geral, não envolve somente a vontade social, política e muito menos a proposição de leis (decretos), ocorrendo também por meio das ações particulares e coletivas, que devem ser concretas, começando pela acessibilidade arquitetônica, a instalação de rampas, corrimãos, nas salas de aulas, nos banheiros, etc., e nos currículos.

Nossa análise mostrou que são necessárias as acessibilidades dos espaços físicos e curriculares visando assim à inclusão da pessoa com deficiência visual na referida IES. Com este trabalho, foi possível observar que a inclusão efetiva ainda é realizada sob demanda, ou seja, se alguém com deficiência ocupa o papel de aluno, funcionário ou professor, há um esforço em adaptar, mas não há um planejamento prévio; as ações são pontuais, e muitas vezes esbarram nos trâmites políticos da IES, ameaçando, assim, os pressupostos da lei Brasileira da Pessoa com Deficiência.

Em função disso, é muito importante a realização de pesquisas nessa área, pois como observamos no trabalho de Estrela (2017), a realidade dessa Instituição não se distingue da situação de outras IES, inclusive de instituições particulares. Estudos como este são fundamentais para se pensar em como o planejamento e o diálogo podem ser elementos importantes na efetivação da inclusão de pessoas com deficiência. Além disso, este estudo reitera a necessidade de refletir sobre as metodologias adotadas ou mesmo a criação de novas metodologias diferenciadas para acompanhar e avaliar estudantes com deficiência, especialmente com deficiência visual.

Investigações como essa demonstram que somente uma legislação não é capaz de tornar a sociedade mais inclusiva, ao contrário, é preciso haver um engajamento entre os diferentes setores para realmente se alcançar a inclusão. Este estudo aponta que a Universidade é um espaço de transformação, que está em transformação, e que precisa de apoio para poder se tornar um lugar de inclusão efetivo.

Referências

BRASIL. Decreto Lei nº 13.146, de 6 julho 2015. Lei Brasileira de Inclusão. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 2015. Disponível em: Acesso em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-normaatualizada-pl.pdf>. 25/06/2017.

BRASIL. **Convenção das pessoas com deficiência**. 4. ed. rev. e atual. – Brasília: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/2kaO5H>>. Acesso em: 04/10/2017.

CHICON, J. F.; SOARES, J. A.. **Compreendendo os Conceitos de Integração e Inclusão**. Disponível em: <https://goo.gl/FfbHNk>. Acesso em: 25/09/2017.

ESTRELA, I. A.. “**Nada sobre nós, sem nós**”: a influência da acessibilidade atitudinal no processo de formação de universitários com deficiência visual. Trabalho de conclusão de curso de Bacharelado em Psicologia – Faculdade Maurício de Nassau. Fortaleza: 2017.

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Rio de Janeiro: LTC. 1975.

LOURENÇO, L. R.; CARDOSO, V. C.. O conceito de inclusão de deficientes visuais num contexto do ensino de matemática de uma escola da região do ABC. **Anais do XI Encontro Nacional de Educação Matemática**. SBEM. Curitiba: 2013. Disponível em: http://sbem.web1471.kinghost.net/anais/XIENEM/pdf/2218_732_ID.pdf. Acesso em: 22/10/2017.

MACIEL, M. R. C.. **Portadores de deficiência**: a questão da inclusão social. **Perspec.** vol.14 n. 2 São Paulo: 2000. Disponível em: <https://goo.gl/LPPQn5>. Acesso em: 12/10/2017.

MANTOAN, M. T. E.. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? / Maria Teresa Eglér Mantoan. — São Paulo: Moderna. 2003. — (Coleção cotidiano escolar).

MATTOS, M.G.; NEIRA, M.G.. **Educação física na adolescência**: construindo o conhecimento na escola. São Paulo: Phorte, 2000.

MIRANDA, M. de J. C.. **Inclusão escolar e deficiência visual**: trajetória e processo. Maringá (UEM) – PR: 2001. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/viewFile/2678/2388>> Acesso em: 16/10/2017.

OLIVEIRA, C. B.. de. Jovens deficientes na universidade: experiências de acessibilidade? **Revista Brasileira de Educação** v. 18 n. 55. 2013. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n55/09.pdf>> Acesso em: 11/10/2017.

PONTE, A. S. SILVA, L. C. A acessibilidade atitudinal e a percepção das pessoas com e sem deficiência. **Cad. Ter. Ocup, UFSCar**, São Carlos, v. 23, n. 2, p. 261-271, 2015.

SÁ, E. D. de; CAMPOS, I. M. de; SILVA, M. B. C. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual**. SEESP/SEED/MEC. Brasília/DF: 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_e_dv.pdf>. Acesso em: 14/10/2017.

SAVIANI, D.. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 32. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

ZAGO, F.. **Tipos de barreiras**. Acessibilidade na prática. 2012. Disponível em: <<http://www.acessibilidadenapratica.com.br/textos/tipos-de-barreiras/>>. Acesso em: 18/12/2017.

ZANATA, C.; TREVISIO, V.C.. Inclusão escolar: conquistas e desafios. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro-SP, 3 (1): 15-30, 2016. Disponível em: <<http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/40/25042016154154.pdf>>. Acesso em: 18/04/2018.